



ORBIS

Boletim do LEPEB-UFF



Vol. 2 - N°5
JANEIRO-ABRIL/2024
ISSN: 2965-2235

O que é (e o que não é) uma milícia?

*Danillo Avellar Bragança**

O Rio é um salseiro. Tudo é muito confuso, muito barulhento. As coisas aqui se testam, se executam, se falham. Êxito quando existe, é passageiro. As políticas se sobrepõem de forma muito confusa umas às outras e o resultado é sempre pior do que a encomenda inicial.

Em tempo de crescimento vertiginoso das milícias no estado do Rio de Janeiro, mas, sobretudo em sua capital e municípios da região metropolitana, o fundamental mesmo é tentar entender brevemente o que são estas milícias. Convém inclusive retirar do meio desta confusão o que, de fato, não representa o crescimento de tais grupos, a fim de conseguir um mínimo de harmonia no meio do caos e da confusão dos ruídos.

Uma pesquisa básica: a Wikipédia tem um verbete específico para as milícias cariocas. O Rio é sucesso absoluto de crítica e de bilheteria, sempre. Nossas instituições não somente estão funcionando como estão funcionando de modo a produzir ajustes, configurações de forças, experimentações políticas, que em nenhum outro lugar teriam como existir. Aqui elas existem, são fortes e fazem parte cada vez mais do aparelho repressivo, que funciona de forma exemplar no Brasil desde o fim do regime ditatorial civil-militar.

O conceito mais básico de milícia é aquele em que cidadãos normais como você e eu se armam e passam a fazer parte de uma estrutura semiorganizada. Esta estrutura é paralela ao Estado, ou seja, não tem ligações com as instituições legalmente estabelecidas. Maquiavel, o Florentino, fala de milícias, e a galera adora ler Maquiavel como se ele resolvesse todos os nossos problemas hoje, mais de quinhentos anos depois. São também consideradas milícias os grupos de guerra irregular ou de guerrilha, ligados a movimentos insurgentes ou de libertação colonial.

No Rio de Janeiro, este conceito não é adequado sob nenhum aspecto.

As milícias cariocas têm em sua origem básica as instituições, sobretudo aquelas ligadas ao aparato repressivo do Estado, e isto é fundamental que seja dito. Isto está em sua origem fundamental, em seu ponto de partida, ou aquilo que é costumeiramente chamado de “polícia mineira”.

Durante muito tempo, tentou-se que isso fosse diferenciado. Esta é uma forma bastante politizada de ver o problema. Ao colocar em caixas diferentes a “mineira” e as milícias, o que se tentava fazer era garantir um piso de legitimidade para as milícias. É

conhecida a fala do então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que considerava as milícias “grupos de autodefesa comunitárias”. Não é que Maia não soubesse o que estava dizendo, algo impensável em relação a um dos mais coerentes comentaristas políticos que tínhamos até pouco tempo atrás.

A literatura sobre o tema concorda que, em seu fundamento, as “mineiras” deram origem às milícias que conhecemos hoje. As “mineiras” eram grupos das polícias de Minas Gerais que, na década de 1960 e 1970, entravam em território fluminense em diligências diversas, sobretudo atrás de fugitivos do estado que cruzavam o limite geográfico em direção ao Rio de Janeiro.

Importante ressaltar que já aí as relações fiéis entre a polícia e a política se faziam muito evidentes, e é ainda muito lembrada a história de Tenório Cavalcanti, o “homem da capa preta”, político carioca, nome de rua em nove entre dez municípios da Baixada Fluminense. Cavalcanti é o nexos causal entre as “mineiras”, os grupos de extermínio e as milícias modernas. Cavalcanti também é o liame entre estes grupos e as disputas por terras na região da Baixada Fluminense, coisa que seu histórico udenista não deixa dúvida.

Aos poucos, a sabedoria popular foi associando a violência dos grupos liderados por Tenório Cavalcanti à truculência das “mineiras”. Pegou, e com toda razão. Os grupos de extermínio ainda muito presentes na Baixada Fluminense e municípios vizinhos são o elo perdido entre as “mineiras” e as milícias. Os grupos de extermínio dessa região funcionavam em duas frentes primordiais: o domínio territorial e o controle social.

Quanto ao primeiro, o próprio Tenório Cavalcanti era dono de uma fortaleza em Caxias, projetada pelo conhecido arquiteto Sérgio Bernardes, que também construiu o Pavilhão de São Cristóvão. A disputa pela terra ainda é elemento básico das relações políticas e de poder nos municípios da Baixada, e eram comuns as expulsões de comunidades pobres alojadas onde hoje são os grandes centros ou áreas industriais dos municípios da Baixada.

Em relação ao controle social, o elemento de proximidade com a população nasce desta condição de suposta segurança que era garantida por estes grupos. Quando moleque, minha associação direta com a Baixada era a de lugar seguro, onde não havia roubo ou tráfico e quem morria, era porque estava envolvido em algo errado. Esta era a lógica da ditadura militar e seus defensores, como também é a lógica da esquizofrenia coletiva que hoje clama pelo justicamento. O lema “bandido bom é bandido morto” não foi inventado hoje, mas cunhado pelo delegado de Polícia Civil José Guilherme Godinho, o Sivuca. Deputado estadual pelo Rio de Janeiro no final da década de 80, Sivuca

também fez parte de um grupo de matadores – o nome é esse, lamento – chamado de Scuderie Detetive Le Cocq, formado por policiais civis que agiam como grupo de extermínio, a exemplo da Invernada de Olaria ou dos Homens de Ouro, entre outros grupos. A ligação destes grupos com a ditadura civil-militar, com o Serviço Nacional de Informação (SNI), com o general Amaury Kruehl, com a tortura, com a caçada anticomunista e com o jogo do bicho merece um outro artigo, mas reforça aqui brevemente a relação carnal entre polícia e política, já desde a ditadura militar e em vigor até hoje.

Esse duplo processo de controle social através do justicamento e de domínio territorial a partir da violência é o que, de forma atualizada, chega às milícias nos dias de hoje. As milícias são contemporâneas aos grupos de extermínio da Baixada e aos Esquadrões da Morte das polícias civis. A primeira milícia a se ter conhecimento, sobretudo por seu tamanho, data de 1979, e está lotada até hoje em Rio das Pedras, na zona oeste do Rio de Janeiro.

A década de 80 e 90 em termos de segurança pública no Rio de Janeiro merece um terceiro artigo, principalmente para se analisar o papel de nomes como Leonel Brizola, Carlos Nazareth Cerqueira e Nilo Batista; mas também, em outra direção, os de Wellington Moreira Franco, Marcello Alencar e César Maia. O interessante aqui neste esforço de conceituação histórica é que as milícias cresceram sendo pouco incomodadas, sobretudo em comparação ao nível de atenção que se dava às facções criminosas, em especial o Comando Vermelho.

Nos anos 2000, já cerca de 300 favelas cariocas, mais periféricas e mais próximas aos limites geográficos com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, já eram dominadas por milícias, que impunham uma série de restrições, mas traziam consigo um elemento novo: a exploração de serviços às comunidades pobres, especialmente a venda de botijões de gás, transporte alternativo e, mais posteriormente, a instalação de centrais inteiras de roubo de sinal de TV a cabo. As milícias originais se concentravam no aspecto do domínio territorial e do extermínio de jovens negros, mas esta recente atualização trouxe o elemento econômico para seu interior.

Um adendo cinematográfico: ao contrário do que diz o famoso filme de José Padilha em sua segunda edição, não houve um momento fulcral em que as polícias militares descobriram ser melhor elas mesmas gerirem estas comunidades do que simplesmente obter participação destes lucros através do arrego. As polícias militares e, mais, bombeiros militares, sempre fizeram parte desta conexão.

Já com a intenção de finalizar, as milícias hoje são um problema ainda maior,

principalmente após a intervenção federal no Rio de Janeiro, em 2018. Isto porque, depois de anos de enfraquecimento das facções criminosas locais, como o CV, os espaços de poder abandonados por elas dentro de comunidades, foram imediatamente ocupados por outros grupos – as milícias dentre eles-, gerando uma nova configuração de forças.

As milícias estão diretamente envolvidas, por exemplo, com a violência política, como se vê na participação direta ou indireta de indivíduos ligados a elas no assassinato da vereadora Marielle Franco. Os vínculos desses grupos com a banda podre das polícias ficam evidentes não só pelos executores do crime – Ronnie Lessa e Élcio Queiroz – terem sua origem na Polícia Militar, mas também pelo papel desempenhado pelo ex-chefe da Polícia Civil carioca, delegado Rivaldo Barbosa. As milícias já dominaram Niterói, por exemplo, e já convergiram, formando dois ou três grandes grupos. O que garante que, no futuro próximo, estes grupos não se enfrentarão? O que lhes dá uniformidade?

Tudo que a milícia é no Rio de Janeiro é o que não é em outros lugares, e essa experiência sui generis faz com que até as comparações com os cartéis mexicanos sejam, nesse momento, despropositadas. No mais, as milícias não se tornaram o maior dos problemas de segurança pública no Rio de Janeiro somente hoje. Elas são parte de uma longa trajetória que demonstra com clareza as relações institucionais que as sustentam. A milícia é polícia, mas ainda mais, a milícia é política.

*Doutor em Ciência Política (UFF) e coordenador-adjunto do LEPEB-UFF. E-mail: danillo.braganca@yahoo.com.br